



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar à Petrobras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais, alertando motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas e medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuarem qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011, do Deputado Ulysses Gomes e outros, que altera o § 1º do art. 59 da Constituição do Estado para vedar a posse de suplentes de Deputados durante o recesso parlamentar, excetuando-se a hipótese de convocação extraordinária. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2012, do Deputado Délio Malheiros e outros, que altera o art. 21 da Constituição do Estado, ficando vedada a investidura e a nomeação para agentes públicos de pessoas inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.469/2011, do Deputado Antônio Júlio, que institui o Dia Estadual da Paz e da Conciliação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2011, do Governador do Estado, que cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão, altera as Leis nº 15.462 e nº 15.470, ambas de 13/1/2005, e nº 15.474, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas, matriculados na rede pública estadual de ensino, dispensa de exames de avaliação curricular em dias que especifica e dá outras



providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 349/2011, do Deputado Fred Costa, que garante a destinação de espaço físico em unidades da rede estadual de ensino e de cultura às entidades da sociedade civil organizada, movimentos populares, associações e conselhos, para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer e recreação e dá outras providências.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 721/2011, do Deputado Délio Malheiros, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento (AR), a negatização do seu nome. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 828/2011, do Deputado Almir Paraca, que dispõe sobre a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 832/2011, do Deputado Carlin Moura, que institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 847/2011, do Deputado Delvito Alves, que obriga os bancos, as empresas de cartão de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel, os provedores de internet e televisão por assinatura a disponibilizar aos usuários mecanismos capazes de gerar algum tipo de recibo que lhes permita comprovar documentalmente o teor e a data de suas solicitações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que altera a Lei nº 14.185, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária, reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo, altera as Leis nº 15.463, de 13/1/2005, e nº 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública, de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.319/2012, do Deputado Elismar Prado; e 3.329/2012, da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 632/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.449/2011, do Deputado Inácio Franco. Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão, em audiência pública com a presença de convidados, da obrigatoriedade do uso de sacos e sacolas ecológicos, bem como suas implicações.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 2.317/2011, do Deputado Durval Ângelo; Projetos de Lei nºs 878/2011, do Deputado Almir Paraca; 1.454/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.471/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.630/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.865/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.089/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.305/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 2.796/2012, da Deputada Maria Tereza Lara; 2.873/2012, do Deputado Ulysses Gomes; 2.876/2012, do Deputado Marques Abreu; 2.974/2012, da Deputada Liza Prado; 3.011/2012, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.147 e 3.148/2012, do Deputado Leonardo Moreira; 3.195/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.204/2012, do Deputado Célio Moreira; 3.242/2012, do Deputado João Leite; 3.250 e 3.251/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 526/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.284/2011, do Deputado Rômulo Viegas; 2.981/2012, do Deputado João Leite; 3.137/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.162/2012, do Deputado Pompílio Canavez; 3.212/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.217/2012, do Deputado Neilando Pimenta; 3.240/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.253/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.255/2012, da Deputada Luzia Ferreira; 3.259/2012, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 3/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 885/2011, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.204/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.128/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.168/2012, do Deputado Doutor Viana.

Requerimento nº 3.327/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/7/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 760/2011, do Deputado Wander Borges; e 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.609/2011, do Deputado André Quintão; e 3.076/2012, do Deputado Antonio Lerin.

Requerimentos nºs 3.163 e 3.164/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.180/2012, do Deputado Elismar Prado; 3.245/2012, do Deputado Hélio Gomes; 3.249/2012, do Deputado Bruno Siqueira; 3.331/2012, do Deputado Rômulo Veneroso; e 3.333/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 15 HORAS DO DIA 3/7/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.190/2012, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O
ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 3/7/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Apresentação do programa Aliança pela Vida e discussão da Resolução nº 3205, de 4/4/12, da Secretaria de Estado de Saúde, que aprova o plano mineiro de enfrentamento ao uso indevido de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/7/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO
DIA 4/7/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.325/2012, 3.326/2012 e 3.330/2012, da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher.



Finalidade: realização de audiência pública, com a presença de convidados, para colher informações e discutir a situação em que se encontra o Balneário Água Limpa, nos Municípios de Nova Lima e Itabirito, que estaria sendo alvo de ocupações ou grilagens de terrenos e de mineração clandestina, em prejuízo dos moradores e proprietários locais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 3/7/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado; 8/2011, do Deputado Ulysses Gomes e outros, que altera o § 1º do art. 59 da Constituição do Estado; e 32/2012, do Deputado Délio Malheiros e outros, que altera o art. 21 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006; e dos Projetos de Lei nºs 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas matriculados na rede pública estadual de ensino dispensa de exames de avaliação curricular nos dias que especifica e dá outras providências; 349/2011, do Deputado Fred Costa, que garante a destinação de espaço físico em unidades da rede estadual de ensino e de cultura às entidades da sociedade civil organizada, movimentos populares, associações e conselhos para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer e recreação e dá outras providências; 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 721/2011, do Deputado Délio Malheiros, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR -, a negativação de seu nome; 828/2011, do Deputado Almir Paraca, que dispõe sobre a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 832/2011, do Deputado Carlin Moura, que institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Minas Gerais; 847/2011, do Deputado Delvito Alves, que obriga os bancos, as empresas de cartões de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel e os provedores de internet e televisão por assinatura a disponibilizar aos usuários mecanismos capazes de gerar recibo que lhes permita comprovar documentalmente o teor e a data de suas solicitações; 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais, alertando motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas ou medicamentos; 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuarem qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso; 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado; 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que altera a Lei nº 14.185, de 31/1/2002, e dá outras providências; 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica; 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica; 2.469/2011, do Deputado Antônio Júlio, que institui o Dia Estadual da Paz e da Conciliação; 2.745/2011, do Governador do Estado, que cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão, e altera as Leis nºs 15.462 e 15.470, de 13/1/2005, e 15.474, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007; 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café - Fecafé -; 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica; 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011; 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010; 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica; 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica; 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica; 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica; 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica; 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo e



dá outras providências; 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove a incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária; reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo; altera as Leis nº 15.463, de 13/1/2005, e 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências; e 3.128/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de julho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/7/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/7/2012, às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda; 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.996, 3.033 e 3.056 a 3.058/2012, do Governador do Estado; e os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012, do Governador do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 1.135/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.369/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 2.401/2011, do Deputado Rômulo Viegas; 2.811/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista; 2.816/2012, do Deputado Elismar Prado, e 3.211/2012, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2012.

Zé Maia, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.582/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.582/2011, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública o Instituto Pagus: Ecologia, Cultura e Cidadania, com sede no Município de Simonésia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.582/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Pagus: Ecologia, Cultura e Cidadania, com sede no Município de Simonésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pagus: Ecologia, Cultura e Cidadania, com sede no Município de Simonésia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Duarte Bechir, relator - João Leite.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 27/6/2012

O Deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, Deputado Rômulo Viegas, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto de lei do Governador do Estado. Depois dizem que a oposição só diz “não” e vota contra, o



que não é verdade. Nós olhamos o mérito. Nesse caso, o Deputado Carlos Pimenta chamou a minha atenção para o fato de se tratar de um projeto que faz justiça aos médicos de Minas Gerais. Um projeto há muito esperado por eles, porque cria a carreira médica na área de gestão e atenção à saúde no âmbito da Secretaria da Saúde, e a carreira de médico-perito no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Portanto, esse projeto vai alterar a lei delegada, fazendo justiça ao conjunto dos médicos com a criação da sua carreira.

É uma reivindicação antiga, e fiz questão não apenas de conversar com o Presidente do Sindicato dos Médicos, que aqui esteve acompanhando a aprovação da matéria, o Dr. Cristiano, que está favorável ao projeto, mas também de consultar outros setores da saúde pública de Minas Gerais, que se organizam por meio do Sind-Saúde. Aliás, estão em greve e se encontram aqui fora, esperando pela realização de uma assembleia às 10 horas. O Sind-Saúde me pediu para comunicar a sua posição favorável à aprovação desse plano de carreira dos médicos. Não há portanto contradição nem divergência entre a posição dos médicos e dos servidores da saúde, o que significa avanço na relação dos trabalhadores da saúde. Assim sendo, em nome da Bancada do PT, queremos encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto que cria a carreira dos médicos.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, é necessário fazer uma ressalva sobre o que está acontecendo na saúde pública de maneira geral em Minas Gerais. Infelizmente, o resultado da saúde pública em Minas não é bom. Não é bom exatamente porque o Estado não aplica sequer o mínimo constitucional. Deputado Antônio Júlio, estamos vendo a Assembleia Legislativa fazer uma campanha, que considero correta e é incentivada pelo governo do Estado, para que se aprove nacionalmente um mínimo constitucional de 10% para a saúde no Brasil. Estamos ajudando a recolher assinaturas, porque, para que a PEC nº 29 fique completa e avance ainda mais, é preciso saber o que a União disponibilizará para a saúde. Isso terá de ser resolvido.

Isso acontece ao mesmo tempo que se rediscutem os mínimos constitucionais da educação em relação ao PIB no Congresso Nacional. Aliás, tenho boas notícias a esse respeito. Ontem a comissão responsável pelo tema aprovou não os 7%, 8% que estavam sendo propostos pelo governo, mas sim 10% do PIB para a educação. Agora espero que o Congresso Nacional vá até o fim e aprove os 10% do PIB para a educação, injetando mais verbas na educação e também na saúde pública.

Acho graça o governo de Minas entrar numa campanha para aumentar a verba federal, pois ele próprio não respeita a Constituição Federal, não aplica o mínimo constitucional em Minas. Aliás, os Deputados do PSDB nada dizem a respeito. Quando instados a discutir o assunto, dizem que a União não coloca o percentual mínimo. Mas, sobre a saúde pública em Minas, os Deputados estaduais não têm nada a dizer?!

Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Sr. Deputado Antônio Júlio, 8% foi a média histórica, desde o governo Aécio Neves, que Minas Gerais aplicou na saúde pública. Isso gerou uma dívida de aproximadamente R\$7.000.000.000,00 do governo do Estado com a saúde pública, de 2003 a 2010. Com o tal do termo de ajustamento de gestão – TAG -, passa-se a ter, apenas neste ano, mais um prejuízo de R\$700.000.000,00. A Promotoria de Saúde do Ministério Público, com a Dra. Josely, está ultimando os seus estudos para a derrubada do TAG e para a garantia da aplicação do mínimo constitucional na saúde, que é de 12%. E na educação será feito o mesmo. Isso causa uma defasagem, somente neste ano, de R\$700.000.000,00.

Se é possível fazer com que se avance na carreira dos médicos, é também possível fazer com que o governo do Estado cumpra o mínimo constitucional de 12%, para atender às reivindicações dos servidores da saúde, que estão em greve. Essa greve prejudica, evidentemente, todos os pacientes. Os funcionários continuam em greve, na tentativa de uma negociação mais satisfatória.

Abro um parêntese para novamente elogiar a relação que tem tido o Deputado Bonifácio Mourão, do governo, com os trabalhadores em greve e com o Sind-Saúde. Ele tem recebido as pessoas e buscado fazer a mediação junto à Secretaria de Planejamento e aos setores do governo do Estado, mas isso tem sido insuficiente. É preciso que o conjunto dos Deputados converse com o Governador do Estado, com a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, e com o próprio Secretário de Saúde, para que mais recursos sejam aplicados e para que não seja adotado esse tal de TAG, que é um absurdo jurídico. O Tribunal de Contas assina esse termo com o governo do Estado, para que Minas Gerais não precise cumprir o item constitucional neste ano e no ano que vem.

Isso é algo estranho, que só acontece em Minas Gerais mesmo. O ex-Deputado Mauri Torres, agora Conselheiro, assinou o TAG. O meu amigo Conselheiro Mauri Torres ficou um pouco bravo comigo, porque eu disse, na reunião, que ele ainda estava com vícios de Líder do Governo, ao assinar um termo de ajuste de gestão que permite que o governo não aplique os 12%. Neste ano e no ano que vem, ele pode aplicar menos e, se não tiver dinheiro em 2014, pode aplicar o mínimo somente em 2015. O Deputado Mauri Torres assinou esse termo no Tribunal de Contas. Deputado Mauri Torres, isso está parecendo mais um ato de Líder do Governo que de Conselheiro do Tribunal de Contas, que deveria zelar pela Constituição e verificar se, de fato, está sendo aplicado o que reza a legislação, não é? Isso é óbvio, mas, em Minas Gerais, ocorrem coisas que somente são explicadas pelo controle midiático praticado pelo Senador Aécio Neves e sua irmã Andrea, apelidada carinhosamente pelo Deputado Sávio Souza Cruz de “Goebbels das Alterosas”, pois controla a imprensa e tudo, para que nada seja anunciado lá fora.

Fico imaginando se algum Prefeito dissesse: “Não aplicarei o mínimo constitucional na educação e na saúde em meu Município”. O Tribunal de Contas iria cassá-lo. Em relação aos Prefeitos, o Tribunal de Contas é rigoroso, mas para o Governador do Estado tudo pode, então deixa que o governo não aplique os 12%. Até 2010, o governo do PSDB deve R\$7.000.000.000,00 ao povo de Minas Gerais e, este ano, vai dever mais R\$700.000.000,00 à saúde pública.

O setor da saúde está em greve, os pacientes de baixa renda estão sofrendo, e o recurso não foi aplicado na saúde pública, pois não foi acatado o mínimo constitucional. No ano passado, a educação ficou 112 dias de greve, e descobrimos que eram aplicados somente 20% em educação. Deixaram de aplicar 5% dizendo que eram para os aposentados e pensionistas, mas todos sabem, assim como o Tribunal de Contas, que pensão e aposentadoria não fazem parte do mínimo constitucional que deve ser aplicado em educação. Em Minas Gerais, o Tribunal de Contas finge que não vê isso, apesar de seus técnicos afirmarem o contrário. O motivo da greve em Minas Gerais é o pouco investimento em saúde pública.

Agora, não adianta dizer que, em Brasília, não regulamentou, não fez. E daí? E aqui, Carlos Mosconi, também não vai fazer? A nossa Comissão de Saúde não vai dizer nada, só que, em Minas, não aplicou? Não, aqui, Comissão de Saúde aplaude o governo, ele



não precisa colocar o mínimo constitucional, ela se junta ao Tribunal de Contas e finge que não vê. Então, aqui, pode. Por isso que até apoiar golpe no Paraguai o PSDB apoia, porque tem maioria no aparato superior do Estado e vale tudo. Até golpe no Paraguai apoiam. É o que sonharam fazer com o Lula, Deputado Antônio Júlio, mas não conseguiram. Estão morrendo de inveja, porque o Paraguai fez. Em Minas Gerais, é mais ou menos igual, não se aplica o mínimo constitucional na saúde, o Tribunal de Contas passa a mão na cabeça, o Ministério Público não entra com a ação que deveria, embora o Ministério Público Federal já tenha agido. Estou sabendo que ele já mandou pedir a relação e o percentual.

Sr. Presidente, era o que queria dizer, somos favoráveis à carreira dos médicos, mas é necessário também cobrar do governo que tenha, na questão da saúde e do restante dos nossos servidores, a aplicação do mínimo constitucional e fazer com que aconteça, de fato, em Minas Gerais, a aplicação do mínimo constitucional, e os servidores da saúde sejam atendidos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, para encaminhar no sentido do cumprimento do acordo da Oposição com o Deputado Bonifácio Mourão, Líder de Governo, abri mão de posicionar-me na votação do projeto anterior. Quero reiterar as palavras do nosso líder, Deputado Rogério Correia, sobre a importância de o governo estadual intensificar o processo de negociação com os trabalhadores da saúde, em razão da legítima reivindicação feita por eles e pela importância do atendimento público na área da saúde, principalmente para as pessoas mais pobres. A Assembleia e o Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Governo, têm empreendido todos os esforços nesse sentido, mas é fundamental que o governo do Estado flexibilize suas posições, faça um esforço maior de acolhimento das propostas, até porque todos sabemos - acredito que até o próprio governo do Estado tem conhecimento - que a base inicial de remuneração de boa parte dos trabalhadores da área da saúde é insuficiente.

Sr. Presidente, entrando na discussão desse projeto, gostaria de levantar algumas questões. O projeto cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo. Esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça. Optamos por não realizar nenhum tipo de obstrução, até porque entendemos que quem ganha uma eleição governa. Temos coerência do ponto de vista de posicionamentos.

O ex-Presidente Lula, ao ganhar as eleições, ampliou a presença do Estado na área social. Segmentos até então esquecidos da agenda pública foram beneficiados com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que implementou o maior programa de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família. A nossa Oposição, Deputado Rogério Correia, no Congresso Nacional, com vozes mineiras muito fortes, opositoristas, vez ou outra dizia: "Isso é para empregar a companheirada". Então, o Ministério que implementou o Bolsa Família, a Secretaria que tem o objetivo de cuidar da promoção da igualdade racial, a Secretaria que cria políticas de defesa das mulheres, políticas para os jovens, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que implementa políticas para a agricultura familiar e para o Luz para Todos, que universalizou o acesso à energia elétrica, tinham o objetivo de empregar a companheirada. Graças a Deus os frutos foram colhidos. O Brasil retirou 30 milhões de pessoas da pobreza com essa estrutura que a nossa oposição no plano federal dizia que era cabide de emprego. Deputado Rogério Correia, foram milhares de empregos criados por concurso público. Todos esses Ministérios têm estrutura enxuta. O governo federal realizou vários concursos. As universidades federais, que quase fecharam suas portas no governo Fernando Henrique, sempre realizam novos concursos públicos. Agora, no Estado, existe esse projeto.

Deputado Rogério Correia, creio que não devemos obstruí-lo, porque o governo quer governar, quer melhorar o seu desempenho e acha que esse é o caminho. Não farei demagogia, como agem alguns Deputados do plano federal, que fazem contas assim: enquanto o Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo ganha tanto, um auxiliar de saúde do Hospital João XXIII ganha "X". Não vou fazer isso aqui, porque é retórica. Queremos melhorar o salário dos trabalhadores da saúde. Para isso, é necessário diálogo com o governo e recursos para serem aplicados os 12%, o mínimo constitucional, como disse o nosso líder. Não será o salário do Secretário Extraordinário que resolverá os problemas da saúde, da educação e da assistência social. Ressalto isso para reflexão dos Deputados da base do governo, até para que tenham coerência quando forem criticar o governo Dilma e o ex-Presidente Lula.

Deputado Lafayette, há o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG -, que acredito ser o órgão de fomento para desenvolvimento e investimento no Estado; a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemig -, responsável até pela Cidade Administrativa; o Escritório de Prioridades Estratégicas, cujo coordenador Tadeu Barreto é uma pessoa muito competente, já passou pelo BDMG e tem sob sua coordenação vários programas estruturadores e prioridades estratégicas; a Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, cuja Secretária Renata Vilhena também é uma pessoa muito competente; e o Governador Anastasia, "expert" e referência em gestão pública no País, acompanhado do Deputado Alberto Pinto Coelho, seu Vice. Fico me perguntando se, além dessas pessoas tão iluminadas e com tanta experiência de gestão e dos órgãos constituídos - estou me referindo a um banco e a uma companhia de desenvolvimento, ao Escritório de Prioridades Estratégicas e à Secretaria de Planejamento -, ainda vamos precisar de um Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos.

Não vou votar contrariamente, pois, por regra democrática, entendo que o governo considera isso fundamental para a ampliação de investimentos e para a melhoria da sua ação no Estado. Parece-me que a intenção do projeto está na área de obras, com que o governo anda meio descontente, como disse a sua própria base. Essa Secretaria vai coordenar a Secretaria de Obras, ficar acima dela. Parece que a intenção é essa, pois, para coordenar, há a Renata Vilhena, o Tadeu Barreto e o Governador. Parece que o problema é a Secretaria de Obras, que, por questão política nacional, não pode ser resolvido; por isso estão criando essa Secretaria.

Quero fazer um alerta, pois criticam o governo federal quando cria algum Ministério, dizendo que é para acomodar os companheiros. Nesta Casa, a Oposição tem coerência. Como o Governador acha fundamental uma nova Secretaria para melhorar o seu desempenho na área de obras do Estado e repercutir no investimento, não vamos obstruir.

Por fim, sabemos que a questão energética é fundamental para a ampliação dos investimentos no Estado. Reiteramos o apelo à base do governo para convencer o Dr. Djalma, Presidente da Cemig, cuja trajetória respeitamos, e o Governador Anastasia a acompanhar



de perto o processo de demissão de pessoas com 28 ou 29 anos de bons serviços prestados à Cemig. E, por um gesto de confiança no Líder do Governo, que tem sido muito correto nos acordos que faz com a Oposição, estamos aqui aguardando o retorno. Esperamos que o Presidente da Cemig e o Governador revejam essas demissões injustas, que podem criar um clima de terror, de intimidação na Cemig, o que não é bom para o seu desempenho e a sua imagem. Essa empresa, sim, é fundamental para alavancar os investimentos do Estado.

Queria fazer essas reflexões, esperando que a criação dessa Secretaria repercuta em ações positivas, que permitam não apenas investimento, mas também desenvolvimento com distribuição de renda em Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ulysses Gomes* - Presidente, o projeto de lei do Governador cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo. Tivemos oportunidade de discuti-lo nas Comissões. O Deputado André Quintão acompanhou também a sua discussão. Cabe-nos encaminhá-lo, por meio da nossa Bancada, de forma desfavorável.

Poderíamos fazer aqui uma ampla discussão da estrutura da última reforma administrativa do Estado, da lei delegada, das mudanças, dos cargos criados em Minas Gerais, dos questionamentos inúmeros de sindicatos, entidades, lideranças, bem como dos inúmeros cargos e gratificações criadas. Contrapomos a dificuldade que o Estado de Minas e o Governador têm em negociar, articular e investir naqueles que trabalham arduamente no dia a dia, como os professores, os profissionais da área da educação, da saúde. Quantos merecem essa mesma atenção e o mesmo olhar de investimento e de valorização do seu trabalho? Não conseguimos observar isso. Passamos, neste momento, por uma dificuldade na área da saúde, por uma greve na área da saúde. Infelizmente, não temos a mesma atenção, a mesma abertura para o diálogo a fim de avançarmos. O Deputado André Quintão lembrou aqui também os profissionais da Cemig que foram demitidos e que não tiveram do Estado o mesmo apoio e atenção.

Esse mesmo Estado tem prioridade para apresentar e fazer tramitar um projeto de lei que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no Executivo. Aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia podem perceber a diferença disso. Não nos cabe aqui avaliar a importância do Governador do Estado, ao pensar a sua estrutura administrativa. Porém, quando comparamos essa estrutura com outras reformas, como a da lei delegada, que criou inúmeros cargos e gratificações, vemos que essa atenção não é dada àqueles que trabalham na educação, na saúde e em outros setores da administração pública. Então, cabe-nos questionar e procurar informações sobre o porquê disso.

Várias secretarias têm condições de exercer essa função. É claro que isso mostra que há uma manobra do governo para ajustar seus acordos políticos, para garantir a função de A ou B, para garantir o espaço de alguns correligionários. Nesta Casa, aqueles que nos acompanham diariamente sabem o quanto questionam o governo federal, o quanto questionam quando há um ajuste em ministérios. Esses não se dispõem a debater profundamente as informações, o porquê dos fatos, os impactos das mudanças e o que elas significam na estrutura do Estado. Se assim fosse, poderíamos ajustar, debater, aprimorar e, quem sabe, até apoiar a proposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui, em nome da nossa Bancada, junto a nossos Deputados, encaminhar desfavoravelmente ao projeto que cria mais um cargo de Secretário de Estado Extraordinário para a Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo. Será que cada secretaria não é capaz de fazer isso, de criar departamentos, de criar espaços em que as Secretarias de Governo, de Planejamento e outras secretarias possam acompanhar os investimentos?

Deputado Rogério Correia, será que é necessário, de fato, criar mais um cargo, mais uma estrutura, vou repetir, de Secretário Extraordinário de Coordenação de Investimentos? Deputado, nosso Estado está fazendo empréstimo por estar passando por dificuldades exatamente com os investimentos. O Estado está em dificuldades e não tem condição hoje de aplicar o mínimo constitucional na saúde e na educação. O próprio Tribunal de Contas comprovou que os investimentos na área da saúde não atingem o mínimo constitucional de 12%. Hoje, Minas Gerais investe 8% na área da saúde. O Estado também não tem condições de investir o mínimo constitucional na área da educação. Esse, sim, deveria ser o trabalho do Secretário Extraordinário de Investimento. Cadê o investimento mínimo de 25% na educação? Hoje, o Estado investe quase 20% na educação, mas deveria investir 25%.

Deputado Rogério Correia, se esse Secretário Extraordinário de Coordenação de Investimentos servir para acompanhar essa deficiência do Estado, resalto que vale, da parte da nossa Bancada, rever nosso posicionamento e apoiar esse projeto. Se o cargo de Secretário Extraordinário estiver sendo criado para acompanhar essas duas áreas importantes na esfera da administração pública do Estado, seria de fundamental importância que o Estado tivesse esse Secretário para que Minas Gerais realizasse o investimento constitucional de 25% na educação. Ao contrário, assim como mostrou o relatório do Tribunal de Contas, Minas Gerais investe nada mais nada menos que 19,8% na área da educação. Estamos aquém daquilo que é determinado pela Constituição Federal. Se esse Secretário viesse, da mesma forma, acompanhar, cobrar, gerir e garantir o investimento mínimo na área da saúde, que hoje, constitucionalmente, é de 12%, seria ótimo. Mas Minas investe apenas 8%. Está aquém do que deve investir não só pela Constituição, mas pelas demandas da população na área da saúde. Aí sim faz-se necessária a criação desse cargo, a justificativa seria plausível e o projeto se explicaria por isso. Mas, diante do cenário que vivemos, da necessidade de investimentos, tanto na área da educação quanto na área da saúde, assim como na infraestrutura, não consigo compreender qual seria, de fato, a importância dessa função neste momento.

Ao ser aprovada a criação desse cargo nesta Casa, apesar do encaminhamento contrário da nossa Bancada, esperamos e queremos abrir o diálogo com aquele que vier a ocupar esse cargo de Secretário de Estado Extraordinário para a Coordenação de Investimentos. Esperamos que ele venha cumprir o papel primordial de garantir o investimento mínimo na área da educação e na área da saúde, que é o que a nossa população cobra, deseja, necessita. Ela tem legitimamente o direito de exigir que os serviços públicos das áreas da saúde e da educação sejam ampliados e mais bem prestados e também que seja garantido aos profissionais dessas áreas aquilo que de fato merecem: a valorização de seus serviços com investimento na qualificação da mão de obra e também nos salários. Isso garantiria um serviço mais bem prestado aos nossos cidadãos de Minas Gerais.

Fica aqui o nosso encaminhamento contrário a este projeto de lei.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários a respeito desse projeto de lei do nosso Governador que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Mas gostaria de fazer alguns comentários acerca do projeto passado, que cria o cargo do Médico.

Com relação a esse projeto, observamos uma administração coerente, enxuta e que tem trazido resultados importantes para o nosso Estado. Minas Gerais se destaca entre todos os Estados brasileiros pela coerência de ação. De qualquer investimento que vem para cá, os investidores sabem perfeitamente que as regras não serão alteradas durante o jogo, durante o período administrativo. Por isso mesmo, Minas é diferente dos demais Estados e consegue um aporte de recursos, de indústrias que aqui estão chegando. Vejam o Norte de Minas, com as indústrias que estão se instalando na cidade de Montes Claros, na região norte-mineira. A região Norte de Minas seguramente será um dos polos mineradores mais importantes do mundo, principalmente no Alto do Rio Pardo. As empresas lá estão se instalando exatamente devido à coerência, às facilidades que o Estado dá a esses investidores, mostrando que Minas é um local seguro para se investir e se morar. Esse projeto cai como uma luva neste momento por que passa o Estado e cria o cargo de Coordenador, pessoa que fará a ligação do Estado com os investidores, do Estado com a iniciativa privada. Darei apenas um exemplo para mostrar a importância desse cargo, desse Coordenador, desse Secretário.

A região norte-mineira, do Jequitinhonha e Mucuri integra a área mineira da Sudene. Na recriação da Sudene, observamos algo que nos deixa tristes e preocupados: a região não tem uma representatividade, não está recebendo o mesmo tratamento que o governo federal dispensa aos outros Estados exatamente porque não tem essa pessoa catalisadora de recursos que dê suporte aos investidores da iniciativa privada, que os chame para o Norte de Minas, que lhes mostre as vantagens dos recursos da Sudene. Aprovamos esse projeto e cumprimentamos o Governador por sua feliz iniciativa. Certamente ele terá o apoio da Bancada do PDT, dos Srs. Deputados e até mesmo da Oposição, que já se declarou favorável ao projeto.

O segundo tema, Presidente, refere-se ao Projeto de Lei nº 2.745/2011, do governo do Estado, que cria a carreira de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde. É um projeto que estamos esperando há, no mínimo, seis anos. Já discutimos que ele deveria ter sido apresentado no passado, mas, por motivos outros, chega agora a esta Casa fazendo a correção histórica de uma injustiça cometida com mais de mil médicos que integram o quadro do Estado, em cujas Carteiras de Trabalho não consta o cargo de médico, mas de técnico de nível superior ligado à área da saúde. Há hoje o médico da Fhemig, o médico da Hemominas e várias outras categorias de médicos com salários melhores que os que pertencem à Secretaria de Estado. Então esse projeto me enche de esperanças, me dá a certeza de que o Governador Anastasia é coerente, diferentemente de outros pensamentos; é um Governador que valoriza a saúde pública do nosso Estado. Investe recursos na descentralização da saúde nos Municípios do interior por meio de vários programas, como o Pro-Hosp, a Mobilização de Pacientes, a Urgência e Emergência e o Samu Regional. São investimentos que saltam aos olhos, e só não consegue ver quem não quer.

A Emenda nº 29 foi regulamentada, graças a Deus. A partir de agora, esta Casa será fiscalizadora de um instrumento legal regulamentado pelo governo federal. Contudo, observamos um silêncio profundo e preocupante por parte do governo federal. Os Prefeitos são obrigados a investir 15%, os Governadores serão obrigados a investir 12% das suas receitas lá na ponta, ajudando o cidadão, mas o Estado fica calado, omissos. Aí surge esse movimento encabeçado pelo Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi, que é um ícone, uma das pessoas que mais trabalham pela saúde pública, e o faz com categoria, com qualidade, fazendo uma diferença enorme nesta Casa. Ele inicia o movimento de coleta de assinaturas, tendo em vista um projeto que será apresentado na Câmara dos Deputados, que vai obrigar o governo federal a também destinar recursos para a saúde pública. É justo. Não podemos ficar calados diante de uma situação como essa.

Espero que a criação do cargo de Médico seja o primeiro de vários projetos, porque outros profissionais da área de saúde precisam ser valorizados: o dentista, o profissional da odontologia, o assistente social, as enfermeiras e enfermeiros e várias outras categorias. Tenho certeza de que realmente o serão, porque, em Minas Gerais, não se brinca com a saúde. Em Minas Gerais não se faz uma saúde de faz de conta, de mentira. Os números estão aí. Basta ir ao Sul, ao Norte, ao Leste e ao Oeste do Estado para perceber a presença do governo do Estado. Sempre há uma obra do governo estadual. Sempre se vê uma modificação em relação à situação anterior.

Não estou falando como médico, mas como Deputado e como cidadão. Espero que os Prefeitos continuem a aplicar os 15%, que o Estado aplique verdadeiramente os 12% - e vamos aplicar, pois, a partir de agora, é um preceito constitucional homologado pelo Presidente da República e que é fundamental para a saúde do Estado. Mas queremos uma posição do governo federal. Esse movimento que a Assembleia inicia, essa coleta de assinaturas que a Casa faz para apresentar um projeto de iniciativa popular é muito bonito. É iniciativa do parlamento de Minas Gerais, da Comissão de Saúde, e tem a marca, o DNA do Deputado Carlos Mosconi. Temos certeza de que nenhum dos Deputados e das Deputadas haverá de votar contra essa iniciativa da Casa.

Sr. Presidente, para terminar minha fala, as nossas congratulações, o nosso reconhecimento ao governo do Estado. A partir de agora, aquele profissional que não tem o registro de médico na sua carteira profissional - muitos deles prestes a se aposentarem ou já aposentados, mas recebendo um salário vergonhoso - perceberá um salário bem melhor e poderá gozar de uma aposentadoria com mais dignidade e respeito. Parabéns ao Secretário de Saúde de Minas Gerais, Antônio Jorge. Parabéns ao Governador Antônio Anastasia, por corrigir uma injustiça histórica e dar aos abnegados médicos o que fazem jus, eles que hoje estão espalhados pelo interior do Estado, muitos deles são municipalizados, a maioria com mais de 20 anos de serviço. E, mais que isso, abre novas vagas para que futuros médicos possam prestar concurso público sabendo que estarão sujeitos a um salário que pelo menos lhes dará condições de sobreviver. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, já podemos antecipar o resultado da votação, já que a maioria é do governo e há esse interesse em criar essa Secretaria. Já sabemos que seremos voto vencido, e o Deputado André Quintão já explicou os motivos de não ficarmos fazendo uma obstrução renhida a esse projeto, pelo qual o governo quer criar essa Secretaria. Apesar disso, não poderia deixar de apresentar os motivos por que a Bancada do PT é contra a criação dessa Secretaria.

Não somos contra criar mecanismos de governabilidade, como Secretarias, no caso dos Estados, e Ministérios, no caso da Presidência da República, desde que haja argumentos convincentes e necessariamente prestem um serviço público de qualidade. Concordo com o Deputado André Quintão e com o Deputado Ulysses Gomes sobre a importância que poderiam ter algumas Secretarias a serem criadas. Por exemplo, em Minas Gerais, falta uma secretaria do desenvolvimento agrário para o pequeno produtor e para a reforma agrária, e há motivo para o latifúndio e as grandes empresas agrícolas não a quererem: eles querem ter o controle da questão agrária em suas mãos. Na esfera federal, há o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que são para o pequeno produtor e para a reforma agrária. Então, tal secretaria o Estado não cria, porque o latifúndio e as grandes empresas agrícolas querem deter o monopólio para aplicar as políticas que lhes interessam. Com isso, a pequena agricultura e a reforma agrária ficam prejudicadas.

Ao mesmo tempo em que não fala em criar essa secretaria, fala em criar a Secretaria de Investimentos, sendo que já criou 164 cargos por lei delegada no escritório estratégico de desenvolvimento. Ali são 9 diretorias e 164 cargos. Na época, o Senador Aécio Neves, que gosta de dizer que o PT abre concurso público para a companheirada, ficou paradinho e a sua companheirada foi assumindo cargos e mais cargos nesse escritório estratégico. E, agora, de repente, vem a Secretaria de Investimentos. A verdade é que essa será a secretaria do endividamento. O que o Fuad Noman terá que fazer é ver as condições do pagamento da dívida de Minas, porque o Aécio quebrou o Estado. Então, o Estado está endividado e o Fuad Noman terá que cuidar disso. Mas, ao mesmo tempo, ele vai trabalhar a questão do endividamento, que eles estão chamando de investimento; terá a função de suprir outras necessidades do Estado que não estão sendo contempladas.

Aliás, o próprio Governador Anastasia já havia anunciado que queria mudar a Secretaria de Obras, onde está o Carlos Melles. Mas lá não pode mexer, porque o Aécio quer manter o DEM na coligação nacional para uma futura eleição presidencial. Então, quando o Deputado Sávio Souza Cruz diz, com toda propriedade, que o governo de Minas virou um comitê Aécio 2014, não está mentindo, está aqui a demonstração. Essa secretaria está sendo criada com o objetivo de manter o DEM na base aliada do governo federal, com um pedido nacional do DEM. Sabe-se lá se não foi o Demóstenes que o fez! O Demóstenes andou pedindo algumas coisas esquisitas aqui. Está até com sua sobrinha empregada. Pediu ao Senador Aécio Neves e conseguiu. O DEM conseguiu também manter aqui uma secretaria, e é preciso nomear alguém que entenda do assunto - o Fuad Noman - para verem a questão que chamam de investimento, mas que, na verdade, é o endividamento. Então, a realidade da Secretaria é essa. Do ponto de vista de valer a pena para Minas Gerais criar mais uma secretaria a fim de ajudar o nosso povo, não vejo qualquer motivação; por isso nosso posicionamento é contrário à chamada Secretaria de Investimento. Se o governo quisesse mesmo fazer a discussão sobre investimento, faria por meio do Escritório Estratégico, que tem 9 Diretorias e 164 cargos, repito, e poderia estar discutindo as questões de investimento sem a necessidade de criar uma secretaria. A Secretaria, Deputado Leonardo, está sendo criada com um sentido político: ter mais um partido que possa permanecer na base aliada visando à eleição de 2014. Essa é uma motivação política. Agora, não vejo como correto o ato de criar uma secretaria para o Estado servir de instrumento eleitoral, por isso nosso posicionamento é contrário. Enquanto criam a secretaria, outros assuntos deixam de ser resolvidos. Não farei aqui um discurso demagógico afirmando que, com o dinheiro da secretaria, os problemas seriam resolvidos. Mas o governo deveria nomear outras prioridades.

O jornal “Hoje em Dia”, ontem e anteontem, publicou matéria sobre os problemas do Instituto Médico Legal, e não vi o governo ainda dizer absolutamente nada a respeito de querer resolvê-los. Segundo a denúncia do jornal, estão sendo jogados no rio 1.500 litros de água desse Instituto, misturados a dejetos humanos. Isso é um absurdo. Não sou médico, mas aprendemos algumas coisas. Mesmo antes de saber que bactérias, etc., vinham da deterioração do corpo humano, antes mesmo da descoberta das bactérias, o ser humano já sabia que colocar o morto e seus dejetos misturados com os vivos trazia doenças e passou a enterrá-los. Isso, há muitos anos. Aqui em Minas, entretanto, no Instituto Médico-Legal, até hoje mistura-se tudo e joga-se no rio. Foi muito grave essa denúncia feita pelo jornal “Hoje em Dia”, mas não ouvi o governo do Estado dizer nada a respeito: se melhorará as condições do Instituto, se essa é uma prioridade ou não. Pedi até uma audiência hoje, na Comissão de Direitos Humanos, para discutirmos essas questões e avaliarmos a situação daquele órgão. Essa é uma prioridade, e o governo deveria estar preocupado com a situação em Belo Horizonte, mas não vejo essa preocupação.

Fala-se em criar uma secretaria de investimento, mas o próprio governo não faz o investimento mínimo constitucional na educação e na saúde. Sinto muito, mas temos que voltar ao tema. O investimento fundamental deve ser feito na saúde, na educação e na segurança pública; entretanto, esses três setores não receberão verbas do governo para investimento, ou seja, criarão uma secretaria de investimento em que os investimentos fundamentais não são colocados e, portanto, farão menos investimentos nas três áreas fundamentais. Então, não vejo como essa secretaria seja prioridade, a não ser nos aspectos políticos que aqui apresentei. Ela é prioridade para a campanha de Aécio Neves de 2014, e o governo do Estado é utilizado como trampolim para esses objetivos eleitorais. É correto o PSDB, o DEM e o PPS terem a intenção de apoiar o Senador Aécio Neves para Presidente da República, e qualquer partido político tem que almejar que seu programa alcance a Presidência da República e o governo do Estado, mas não é aceitável utilizar-se o aparato do Estado e a secretaria para atingir esses objetivos.

Termino, Presidente, perguntando o seguinte: imagine se a Presidenta Dilma, a esta altura, enviasse para a Câmara Federal e para o Senado a criação de um ministério de investimentos. O partido da imprensa golpista – PIG - ia querer dar um golpe, ia falar que agora pode, que já deu no Paraguai e agora faria no Brasil também. Falariam que a Presidenta queria gastar dinheiro. Imagine a “Folha de S. Paulo”, o “Estado de Minas”, a Rede Globo!

É impressionante o silêncio da mídia com essa criação da secretaria, é como se não estivesse acontecendo. O governo cria uma secretaria a mais, e não sai nenhuma linha nos jornais da imprensa mineira porque a Andrea, carinhosamente apelidada pelo Deputado Sávio Souza Cruz de Goebbels das Alterosas, de tudo cuida para que nada seja revelado ao povo mineiro. Se depender de Andrea Goebbels das Alterosas e da mídia aécista no Estado, o povo mineiro vai morrer na ignorância.

Então, Sr. Presidente, encaminho contrariamente à aprovação dessa secretaria, porque não vejo nela algo que vá beneficiar o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.



* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/7/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Glauco Lauria Marques do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;
exonerando Guilherme José Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Amanda Furlan Marques para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;
nomeando Feliciano de Souza Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Emerson Ferreira Maciel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Luciana Alves Caldeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Heber Jose Alves da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando, a partir de 2/7/2012, Roberto de Assis do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;
nomeando Pierre Finochio de Assis Ferreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 29/6/2012, que nomeou Aluizio Santos Tigre para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Fábio Garcia Tigre para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Jordan Américo da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Renato Reis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Mario Esteves Prates Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Wilson Ribeiro da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Henrique

exonerando, a partir de 2/7/2012, Exupério Ferreira Pires do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Maria Nilde Amaral Pires para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

exonerando Nágila Selva Batista Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Tatiana Duarte Ferreira Sulz para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Judite Lopes da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;
exonerando Marizete Ramos Paraíso Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Petrônio Fernandes da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando Vera Lucia Gonçalves Dias Moreira do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Adão Pedro Batista Jesus Aguiar para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Ana Carolina Moreira Dias para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Paulo César Fernandes Moreira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;
nomeando Petrônio Fernandes da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando, a partir de 2/7/2012, Aécio José da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando, a partir de 2/7/2012, Neila Maria Batista Afonso do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando, a partir de 2/7/2012, Sérgio Antônio Mota Furtado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Carlos Alberto Zansavion para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Claudete Gomes Farias para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Luziete Rodrigues Novais para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

nomeando Eloi Brisanti para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

exonerando, a partir de 29/6/2012, Fabio da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.



Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 2/7/2012, Lorena Godoi de Faria Vieira Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

exonerando Carlos Mendes de Lima do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;
nomeando Altair Mendes de Lima para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ulysses Gomes

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 20/6/2012, que nomeou Walysson Oliveira Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;
nomeando Bruno Alves da Rosa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando, a partir de 2/7/2012, Honorio Jose de Lacerda do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.
Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:
exonerando Alexandre Barros de Souza do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
exonerando Dirlei José Prates do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
exonerando Geraldo Sérgio da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
exonerando Luiz Antônio dos Santos do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
exonerando Obadias Ferreira Lopes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
exonerando Roberta Vasconcellos Faria do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no CCM;
exonerando Vanilce Fernandes Paticcíé Dória do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
nomeando Ana Raquel Moreira Maia para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no CCM;
nomeando Fernando Barros de Souza para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
nomeando Francisco da Cruz Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
nomeando Frederico Doria Timotheo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.
nomeando Geralda da Conceição Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
nomeando José Carlos Lopes Coelho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;
nomeando Priscila Alves Prates para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE CONTRATO Nº 34/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atual Service Ltda. Objeto: contratação, pelo período de 12 meses, prorrogável na forma da lei, de empresa para prestação de serviços gerais, de suporte a gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, de equipamentos de segurança e de demais materiais que forem necessários. Vigência: 12 meses, com termo inicial na data da assinatura e termo final em igual dia e mês do ano subsequente, prorrogável na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 79/2011. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.



ERRATA

MANIFESTAÇÕES

Fica sem efeito, na matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/6/2012, na pág. 7, a publicação da manifestação formulada por meio do Requerimento nº 3.248/2012, do Deputado Marques Abreu.